

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ – SEED  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED  
POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS – DIPOL  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM

## NORTE DO PARANÁ: Um estudo dos movimentos de ocupação e sua recente história.

<b>Autora:</b> Professora Edna Regina Gomes Fogari.
<b>Orientador:</b> Professor Doutor Lúcio Tadeu Mota.
<b>Área:</b> História.
<b>NRE:</b> Maringá.
<b>Escola:</b> Colégio Estadual Governador Adolpho de Oliveira Franco.
<b>Disciplina:</b> História <b>Ensino Médio</b>
<b>Unidade Temática:</b> História Regional.
<b>Disciplina de relação interdisciplinar 1:</b> Geografia
<b>Disciplina de relação interdisciplinar 2:</b> Sociologia



## INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o movimento de ocupação das terras do Norte do Paraná.

As questões principais voltam-se para o estudo do homem e a formação de sua organização social, identificando fatores comportamentais que resultariam em um processo organizado de ocupação de terras, comercializadas por empresas colonizadoras e pelo próprio governo do Estado.

O primeiro texto deste caderno temático considera a complexidade de protagonistas na formação da população desta região, reafirmando a existência de sociedades humanas presentes aqui em períodos históricos anteriores aos séculos recentes.

O segundo texto deste trabalho relata a momento do “advento da prosperidade” ao Norte do Paraná, a partir das primeiras décadas do século XX, período em que se verificou a troca da mata pela estrada de rodagem, da floresta pelos cafezais, dos animais silvestres pela pecuária comercial, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico.

O terceiro texto analisa, a partir do modelo de colonização existente, a constituição de comunidades rurais com características bem definidas que se estruturaram e habitaram as margens dos córregos e aguadas do norte novo, por um período de aproximadamente três décadas. Eram migrantes, de várias regiões que vieram para cá atraídos pela propaganda das férteis terras roxas do terceiro planalto paranaense.

## 1) UMA REGIÃO HABITADA HÁ 10 MIL ANOS!

De acordo com NOELLI e MOTA, a história da região que envolve Maringá não se iniciou com a chegada dos pioneiros e das companhias colonizadoras, mas sim há 10.000 anos, com a chegada das primeiras populações indígenas na região. <sup>1</sup>

A formação étnica do norte do Paraná reflete sua própria história. Encontram-se na ocupação destas terras um complexo jogo de interesses entre novos proprietários e nativos que por milhares de anos permaneceram ocultos a civilização ocidental. Este arcabouço torna-se um vasto campo de pesquisa para a história fazendo-se necessário recolocar cada personagem em seu lugar devido, partindo da premissa de que muitos agrupamentos coexistiram no decorrer de séculos. Os desbravadores de terras do século XX representam apenas uma peça deste diverso quadro histórico, havendo também outros grupos humanos anteriores a eles que devem ser registrados pela historiografia contemporânea, como:

- os índios responsáveis pela formação das primeiras populações humanas desta região;
- bandeirantes e grupos de aventureiros que aqui vieram em busca de riquezas naturais e mão-de-obra escrava a partir do século XVI, sendo eles portugueses e/ou espanhóis;
- os religiosos jesuítas que fundaram várias Reduções com o intuito de catequizar os nativos;
- caboclos que habitaram a região antes da chegada da colonização realizada pelas Companhias nos anos de 1930, 40.

Assim verificamos que a história do norte do Paraná deve ser delineada levando-se em conta a sua pluralidade étnico-cultural e sua complexidade histórica.

---

<sup>1</sup> Sobre a ocupação pré-histórica da região, ver texto de NOELLI, Francisco S. MOTA, Lúcio T. Exploração e Guerra de Conquista dos Territórios Indígenas nos Vales do rio Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: *Estudos de história regional*. DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org). Maringá: EDUEM, 1999 p.50..

Segundo os pesquisadores NOELLI E MOTA é importante dizer que não há uma continuidade étnica e cultural entre os habitantes de hoje e as populações pré-históricas e indígenas que viveram nos territórios entre os rios Tibagi e Ivaí. Para existir Maringá e todas as cidades e povoados do seu entorno, foi necessário expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viviam nessas regiões. Da mesma maneira que se substituíram as populações indígenas por brasileiros e migrantes de outros países, também foi necessário destruir a rica floresta para implantar o modelo econômico agropastoril das monoculturas e da criação extensiva de gado. No interior dessas áreas predominantemente florestais, as populações Guarani e Kaingang realizavam uma sofisticada e produtiva agricultura de diversos cultivares, de baixo impacto ambiental e adaptada aos ciclos biológicos naturais.<sup>2</sup>

Conforme MOTA 1997, percebemos que o contato das populações européias com os grupos indígenas (Jê e Tupi), habitantes da bacia do rio Tibagi até o rio Paraná, ocorreu no início do século XVI com as primeiras expedições portuguesas e espanholas que cruzaram a região rumo ao Paraguai e ao Peru”.<sup>3</sup>

Esta reflexão tem o intuito de desmistificar a idéia oficial de que no Paraná havia territórios vazios, desocupados, antes da chegada do colonizador das primeiras décadas do século XX. Os estudos comprovam que o início da ocupação humana no noroeste do Paraná, está relacionado ao povoamento original da América do Sul. A idéia de habitar um *espaço vazio representou* um dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas novas áreas ao sistema produtivo.

Os interesses do Governo e das empresas colonizadoras criaram e fortaleceram a idéia de que a região era um *vazio demográfico*: incorporando este aspecto na história oficial, narrada a compradores de

---

<sup>2</sup> NOELLI, Francisco S.; MOTA, Lúcio T. A pré-história da Região onde se encontra Maringá, Paraná. In: *Maringá e o Norte do Paraná*. Estudos de história regional. DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org). Maringá: EDUEM, 1999.p. 6 e 7.

<sup>3</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. *A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi*: Nota de pesquisa; Revista História Regional. Vol. 2. – nº. 1. 1997.

terras e suas famílias colonizadoras. As garantias de terras não ocupadas e distantes de aldeias indígenas favoreciam o processo de venda e de uma forma geral, criaram uma apologia desta colonização. A historiografia paranaense da década de cinquenta retrata e os livros didáticos, baseados nestas fontes, repetem a idéia de que as terras indígenas do terceiro planalto paranaense constituíam um imenso espaço desabitado a espera da ocupação pelos pioneiros. Neste contexto, não ocorrem discussões consistentes ignorando e eliminando, da história regional, os primeiros habitantes destes territórios. Ignoram-se os séculos anteriores de explorações realizadas pelos espanhóis, portugueses e brasileiros.

A importância do conhecimento e da existência de populações na região, desde períodos históricos anteriores ao contemporâneo, impõe ao pesquisador da história regional a ampliação de seu recorte temporal, que normalmente fixa-se nos séculos XIX e XX, deixando para trás a construção histórica precedente dos grupos humanos existentes, como quer uma parcela da historiografia.

Questões Sugeridas:

1- Aponte os personagens que viveram nas terras norte-paranaenses durante este longo processo de ocupação humana. Destacando aqueles que ainda hoje vivem aqui.

2-Pesquise sobre os povos indígenas que habitavam esse território quando da chegada dos colonizadores do século XX. Identificando onde se localizam e como vivem atualmente.

3- De acordo com o texto, foi veiculada a idéia de que esta região era um grande *vazio demográfico*. Qual o significado desta expressão? Qual o interesse em se difundir esta idéia?

2- A OCUPAÇÃO NORTE PARANAENSE NO SÉCULO XX: A CHEGADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A DIZIMAÇÃO DA FLORESTA.

O Norte do Paraná pode ser dividido em três áreas: o Norte Velho que vai da divisa nordeste com São Paulo até o rio Tibagi, colonizado entre os anos de 1860 e 1925; o Norte Novo delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema colonizados entre 1920 e 1950; e o Norte Novíssimo , que se estende do rio Ivaí ao Paraná e ao Piquiri, colonizado desde 1940 até 1960.<sup>4</sup>

O mapa apresentado pela autora *France Luz*, em sua dissertação de Mestrado intitulado: **Fenômeno Urbano numa região pioneira** (1980 ) na página 16, define as regiões que formam a totalidade do que se considera o Norte do Paraná.

A ocupação contemporânea desta faixa de terras, trouxe consigo a triste realidade do desmatamento da floresta, assim como em outras regiões do Brasil, dando espaço ao desenvolvimento da agricultura com fins de exportação de grãos, especificamente a produção do café, trazendo para a região, homens que vislumbravam ideais grandiosos de progresso e desenvolvimento econômico. A decisão do Estado valorizou a escolha do desenvolvimento econômico sacrificando o meio-ambiente. O modelo de ocupação capitalista resultou em uma grande devastação nas áreas cobertas pela floresta.

A limpeza do terreno era indispensável, era necessária rapidez, se havia floresta havia também a necessidade de afastá-la, a fim de que os colonizadores pudessem usufruir da terra que estava encoberta. Sabia-se que estes terrenos possuíam solo fértil e que muitos teriam interesse em investir nesta região retirando a floresta e plantando o café.

As terras do norte do estado foram colocadas à venda em meados dos anos 20, empresas colonizadoras particulares, especificamente a (CTNP) Companhia de Terras Norte do Paraná e o próprio Estado foram responsáveis pelas negociações.

*Intensa propaganda, acerca do Norte do Paraná e das condições da colonização, foi realizada pela Companhia, sobretudo através de jornais de grande circulação, principalmente em São Paulo, com o objetivo de atrair colonos nacionais.*

---

<sup>4</sup> LUZ, France. *O Fenômeno Urbano numa região Pioneira: Maringá*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 1980. p 17.

*A aquisição de lotes rurais era facilitada em prestações, até quatro anos, aos juros de 8% ao ano (...) Ao comprador era exigida a reserva de 10%, na propriedade adquirida, de área floresta. A companhia prestava ainda, transporte e assistência inicial dos colonos.*

*(...) o sistema de colonização praticado pelo Governo do Estado, foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, vendendo suas terras em pequenos lotes agrícolas, exceto nos casos da colônia Centenário que foi loteada em fazendas, e de Paranaíba, onde as propriedades rurais eram de dimensão variada, conforme a sua localização mais próxima ou distante em relação à sede da Colônia.<sup>5</sup>*

As Companhias colonizadoras de terras presentes no estado organizaram um processo de povoamento, de proporções nunca vistas anteriormente em terras paranaenses. A propaganda realizada trouxe para a região inúmeras famílias de migrantes. Vieram, paulistas em sua maioria, também mineiros e nordestinos, além de famílias de estrangeiros de várias nacionalidades, todos vislumbrados pela imagem de prosperidade e riqueza que eram observadas na propaganda veiculada por vários estados do país. A partir de 1939 o governo do Estado decidiu promover também, a venda de terras deste território que ainda faziam parte de seu patrimônio.

*As condições excepcionais do norte do Paraná e a conjuntura econômica nacional e estadual favorável à lavoura cafeeira contribuíram para o sucesso da empresa que, ao mesmo tempo em que auferia lucros com a venda de terras. Incentivava o povoamento e a consolidação de uma infra-estrutura regional. O impulso verificado na ocupação das terras pela agricultura e em especial pela lavoura cafeeira, e no povoamento da região, foi devido em grande parte á iniciativa privada, representada de um lado pela empresa colonizadora e de outro pelos responsáveis pela exploração agrícola que, estimulados pela oportunidade de cultivarem suas próprias terras e obterem lucros, iriam ter uma participação ponderável na obra de ocupação de uma das mais prósperas regiões do Estado e do país.<sup>6</sup>*

O desenvolvimento da região se fez através da aquisição de lotes rurais pelos agricultores interessados em abrir o mato, limpar o terreno e plantar o cafezal, juntamente com plantações de subsistência. Fazia parte do planejamento das companhias de colonização e também do projeto do

---

<sup>5</sup> BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. *História do Paraná*. Curitiba, GRAFIPAR, 1969, v.1. p. 215, 216 e 217.

<sup>6</sup> LUZ, France. *O Fenômeno Urbano numa região Pioneira: Maringá*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 1980. p 194.

Estado, promover o desenvolvimento da infra-estrutura necessária à região, estradas seriam abertas, cidades seriam fundadas, objetivando a fixação da população, o escoamento da produção cafeeira e o conseqüente progresso do território.

O historiador norte-americano Warren Dean, ao estudar a devastação da Mata Atlântica do Brasil no livro **A Ferro e Fogo**, afirma que de acordo com a Constituição do país promulgada em 1934, os estados e o governo central ficaram encarregados de proteger,

*(...) as belezas naturais e monumentos de valor histórico ou artístico. (...) O crucial é que o novo Código Florestal negava o direito absoluto de propriedade, proibindo, mesmo em propriedades privadas, o corte de árvores ao longo dos cursos d'água, árvores que abrigavam espécies raras ou que protegiam mananciais. Aos proprietários vedava cortar mais de três quartos de árvores restantes em sua propriedade. As indústrias eram obrigadas a replantar árvores suficientes para manter suas operações. Determinava a criação de uma Guarda Florestal e era esboçada a base de organização de parques nacionais e estaduais. O código das Águas, no mesmo sentido, retirava dos proprietários o controle das águas que fluísse através de suas propriedades. Foi uma rejeição histórica do liberalismo e uma reversão para o controle estadual abafado desde os primeiros dias do Império, mas agora revivido sob a bandeira de um nacionalismo modernizaste e tecnocrata<sup>7</sup>*

A lei federal promulgada em 1934 tinha a função de salvaguardar as riquezas naturais do Brasil, poderíamos incluir sob proteção desta lei, as florestas de todo o nosso território incluindo a Mata Atlântica e as matas que forram todo o território que hoje conhecemos como Norte do Paraná. Por quais motivos essa lei não foi observada e nem seguida pelos Estados da nossa Federação a partir do ano de sua promulgação? Os compradores das terras do Norte do Paraná tiveram conhecimento desta lei e a colocaram em prática, a partir do final da década de 30?

Ao observar o **mapa da Cobertura Vegetal Original do Paraná do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social - IPARDES<sup>8</sup>** e comparar com o **mapa da Cobertura Vegetal Atual** também do

---

<sup>7</sup> DEAN, Warren, *A Ferro e Fogo*. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. p. 276 .

<sup>8</sup>Para observação de o mapa mencionado buscar: Mapa do Estado do Paraná – Classificação da Cobertura Vegetal Original. IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social. Acesso em 22 de janeiro de 2008.

**IPARDES**<sup>9</sup> pode-se afirmar que as leis contidas no Código Florestal a respeito da proteção das riquezas naturais, não foram seguidas na integra. Deparamos-nos com diferenças expressivas, no que se refere à existência e/ou desaparecimento da cobertura vegetal original do território aqui mencionado.

Dean em seu significativo trabalho, demonstra que ocorreram falhas no código Florestal e que elas não demoraram a surgir:

*As falhas do código Florestal logo se evidenciaram. Um proprietário poderia cortar madeiras de lei valiosas e alegar que tinha cumprido sua obrigação de replantar simplesmente permitindo que nascesse capoeira em seu lugar. Os tribunais decidiam que um proprietário que havia reduzido a floresta em sua terra a um mínimo de um quarto podia então vender esta fração com floresta; o novo proprietário desfrutaria do direito de derrubar três quartos de sua aquisição e assim por diante, até provavelmente, o último broto de árvore. As firmas industriais facilmente se furtavam a sua obrigação de replantar contratando empreiteiros independentes, que não eram sujeitos pelo código. O governo federal, além disso, dispunha de recursos insuficientes para cumprir o código. A Guarda Florestal prevista não se instalou; em seu lugar esperava-se que as forças policiais locais empreendessem a proteção florestal como um encargo adicional. Em 1953 no Brasil inteiro, apenas 216 municípios haviam criado as comissões de consultoria florestal estipuladas.*<sup>10</sup>

De acordo com os estudos de DEAN, no decorrer dos primeiros cinqüenta anos do século XX, período em que as terras do Norte do Paraná estavam sendo negociadas por Companhias Particulares de Terras e também pelo Governo Estadual, a história testemunha o “cerco final da Mata Atlântica”. As populações indígenas e os grupos sertanejos que haviam habitado os territórios da mata até então, e que tinham construído sua vida em equilíbrio com a floresta, mostrando cuidado e proteção com o ecossistema do qual faziam parte, passaram a ser trabalhadores do sistema de modo produção capitalista, sob mando daqueles que tinham como intenção a eliminação do mato para agilizar a chegada da

---

<sup>9</sup>Para observação de o mapa mencionado buscar: Mapa da Cobertura Vegetal Atual do Estado do Paraná – 2001/2002. IPARDES: Instituto Paranaense de desenvolvimento Social. Acesso em 22 de janeiro de 2008.

<sup>10</sup> DEAN, Warren, *A Ferro e Fogo*. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. p. 277 .

prosperidade e do desenvolvimento econômico. “A expropriação privada de todo o território estava concluída”. Foi o que DEAN, chamou de triunfo da civilização urbana e industrial, a verificação categórica de que os tentáculos da sociedade capitalista haviam se espalhado por toda a parte; seu anseio por combustível, pela madeira e por outros recursos florestais se estendia por toda a Mata Atlântica.

*A ânsia por terras e a contínua exploração destrutiva da floresta enquanto recurso não-renovável provocou inevitavelmente um declínio acelerado das faixas remanescentes relativamente intactas da Mata Atlântica. Em um grau significativo, a floresta era barganhada pelo desenvolvimento econômico troca que poderia ser exibida como uma tacada brilhante apenas se se atribuísse à floresta um valor econômico insignificante, ignorando-se todos os outros valores.*<sup>11</sup>

O desenvolvimento econômico da região Norte do Paraná a partir dos anos 20 do século passado trouxe consigo o desmatamento quase que completo de sua cobertura vegetal original, pode observar que raras e frágeis são as reservas ainda existentes, foi necessário fazer desaparecer a mata para que pudéssemos observar o mar de plantações que se apresentariam então, nestas tão conhecidas e valorizadas terras roxas do norte novo do estado do Paraná.

#### Questões sugeridas

Este texto retrata que o modelo de ocupação capitalista adotado nas terras do Norte Novo no século passado, resultou numa grande devastação da floresta existente. Observe o mapa da cobertura vegetal original do Paraná e o mapa da cobertura vegetal atual e analise:

a) A devastação foi de proporções importantes. Existia uma legislação que norteava esta retirada da mata?

b) O desmatamento ocorreu em nome do progresso econômico. Quais eram os argumentos utilizados para justificar a dizimação da mata em toda a região do norte paranaense?

---

<sup>11</sup> DEAN, Warren, *A Ferro e Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. p. 280 .

2) Pesquise sobre outras regiões do Brasil que passaram por este processo de desmatamento da floresta (São Paulo e Minas Gerais).

3) Atualmente a floresta ainda sofre com o desmatamento. Observe como a legislação brasileira trata a proteção às matas e florestas nativas nos dias de hoje.

4-Existe alguma reserva florestal existente na região onde você mora? Qual sua localização?

### 3 - A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS NO NORTE NOVO: UMA HISTÓRIA COM COMEÇO, MEIO E FIM (1940 ATÉ 1975).

Durante um período de três décadas aproximadamente, ocorreu à formação, o desenvolvimento e a decadência de sociedades com características singulares no território do norte novo paranaense. Uma coletividade que se formou as margens dos ribeirões existentes na zona rural dos futuros municípios. Através dos estudos de LUPION 2003, estes agrupamentos sociais recebem o nome de *Sociedades das Águas*, sendo construída com o objetivo de atender a uma produção agrícola, especificamente aquela ligada a produção do café, que tinha então, alcance internacional.

*(...) os moradores das Águas, ou são proprietários seja de pequenas ou grandes propriedades, ou são pessoas que lá se estabeleceram para trabalhar em diversas atividades autônomas que foram sendo necessárias ao longo dos anos em que a sociedade das Águas conheceu seu estabelecimento e evolução<sup>12</sup>*

Já se fez conhecida a procedência das pessoas que vem para o norte do Paraná, no decorrer da primeira metade do século XX.

Os novos moradores são migrantes, que vem de regiões, onde o cultivo do café já era pratica comum, os paulistas e mineiros formariam

---

<sup>12</sup> Para maiores esclarecimentos sobre as comunidades rurais existentes nas primeiras décadas de formação do Norte Novo paranaense, tomando como exemplo o ocorrido no município de Lobato-Paraná, as “Sociedades das Águas” ver: LUPION, Márcia R. de Oliveira. *Nas Águas de Lobato*. A construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná (1948 – 1973) Dissertação de Mestrado UEM/UEL, Maringá, 2003. p.42

parte significativa deste agrupamento. Ao se estabelecerem, os novos habitantes reproduziam certos aspectos característicos de suas experiências anteriores em sua região de origem. Os estudos de LUPION mostram que se construía capelas e vendas como centros de convivência comunitária e comercial, assim como também edificavam escolas e atividades de lazer.

*Aqueles que construíram a sociedade das Águas não eram originários do mesmo espaço, não tinham laços com a terra ou descendiam de familiares passados. Todos estes vínculos passaram a se formar a partir do contato com a região e neste construir de laços, a sociedade das Águas foi composta por formas organizativas do espaço e das sociabilidades inerentes a diversas nacionalidades e regionalidades.*<sup>13</sup> .

É importante ressaltar que os homens e mulheres que vieram para colonizar estas terras, trouxeram experiências de vida, hábitos e costumes de sua região de origem. Após o seu estabelecimento nas propriedades rurais, o convívio social se fazia muito presente e necessário, seja para auxiliar um vizinho na construção de sua moradia, seja no momento de colheita da produção agrícola, ou em momentos de lazer, ou de religiosidade, os laços formados a partir destes benefícios mútuos iam fortalecendo esta sociedade e enraizando as famílias naquele chão, havia uma cooperação e uma integração social significativa, do qual todos se beneficiavam.

Observou-se um fenômeno de crescimento populacional no Paraná a partir de 1920, sabidamente vinculado ao intenso movimento de migrações internas provocadas pelo povoamento das terras do terceiro planalto. Os autores Balhana, Machado e Westphalen, no texto do 1º volume da História do Paraná (1969) demonstram que o número de municípios cresceu muito no estado, passando de 49 em 1940, para 80 em 1950 e 162 em 1960, continuando a crescer, acompanhando o processo de ocupação territorial nas “áreas pioneiras”. Porém este estudo

---

<sup>13</sup>Para maiores informações sobre a vida social das “Águas”, ver: LUPION, Márcia R. de Oliveira. *Nas Águas de Lobato*. A construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná (1948 – 1973) Dissertação de Mestrado UEM/UEL, Maringá, 2003. p.42

chama a atenção para o coeficiente de ruralização apresentado por esta população, sendo que em 1940 a população rural era de 75,5%, na década seguinte passando a simular 75% da distribuição e nos anos 60 representando 69% da população paranaense.<sup>14</sup>

Na região do terceiro planalto encontram-se municípios que se formaram a partir de terras comercializadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e terras que foram negociadas pelo estado, exemplos disso são os municípios de Astorga, por mim estudado, e Lobato estudado por Márcia Lupion. A estrutura dos municípios que apresentavam esta particularidade, de possuir terras vendidas pela CTNP e pelo Estado, não se diferenciando em muito daquelas cidades formadas a partir da negociação apenas da companhia ou apenas do Estado.

Ao observar a **Carta Hidrográfica do Município de Astorga**<sup>15</sup> visualiza-se o rio Bandeirantes do Norte tendo como afluentes inúmeros cursos d'água e ao sul a divisa natural do município se fazendo através das águas do rio Pirapó que irrigam o solo através de seus diversos afluentes. As comunidades rurais se formariam de maneira estratégica ao longo destes ribeirões, utilizando o desenho do solo a seu favor.

De acordo com o projeto da Companhia colonizadora CTNP, ocorreriam à fundação de núcleos urbanos de maior importância, sendo que estes deveriam se distanciar em cerca de cem quilômetros. Entre estas cidades – pólos surgiriam patrimônios com distância aproximada de dez quilômetros umas das outras, tornando possível o abastecimento dos sítios e fazendas existentes em seus arredores, assim como possibilitando a comercialização da produção agrícola.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup>Para maiores detalhes sobre o Crescimento Demográfico e Urbano do Paraná ver: BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**, Curitiba: GRAFIPAR, 1969.v.1. p 247.

<sup>15</sup>Para visualização da carta Hidrográfica do município de Astorga buscar : GLOBAL MAPPER SOFTWARE LLC. *Global mapper*. Versão 7.04. [S.I.]: GLOBAL MAPPER SOFTWARE LLC, 2006. COREL CORPORATION. *CorelDRAW*. Versão 12. [S.I.]: COREL CORPORATION, 2003.

<sup>16</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, 1975. p. 78

*A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantava sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria seu pequeno pomar... As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café”<sup>17</sup>*

Segundo COSTA 1974, os grupos sociais que se formavam nestas comunidades, eram bem distintos, no caso do “fazendeiro” que possuía mais recursos, este poderia instalar uma pequena empresa capitalista, baseado na exploração da terra, na aplicação do capital, podendo contratar mão-de-obra para o manejo da terra e para as atividades ligadas ao funcionamento da propriedade, enquanto o “pequeno proprietário” normalmente se baseava na agricultura familiar, plantando o café, e cultivando produtos para sua subsistência, criando por vezes, algumas cabeças de gado, considerando também uma “população móvel” que trabalhava no período de colheita e posteriormente partia para outros lugares em busca de trabalho.

*O colono proprietário da terra, com moradia habitual e cultura efetiva, juntamente com o trabalhador assalariado, representava a mão-de-obra proletária atuante na estrutura capitalista vigente.*<sup>18</sup>

Durante um período de aproximadamente trinta anos, esta sociedade formada a partir das comunidades rurais das Águas, vai existir e acentuar sua presença nas terras do Norte Novo do Paraná. É um período de prosperidade, as terras foram compradas do estado ou da companhia de terras, foram pagas, e os proprietários iniciaram melhorias em suas propriedades, a colheita do café, fazia com que o

<sup>17</sup>COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, 1975. p.75.

<sup>18</sup> COSTA, Odah Regina Guimarães. *O Preço de Terras na Colônia Içara 1939 – 1968*. Dissertação de Mestrado UFPR. Curitiba., 1974. p. 55

desenvolvimento e o progresso, entrassem pelos lares dos cafeicultores, mas por que então estas sociedades rurais, deixaram de se desenvolver e se observou o início de um processo de troca de cultura do café por outros grãos e a brusca mudança no modelo de trabalho agrícola?

*“Historicamente o café, como cultura comercial, até cerca de 1970, ocupou papel preponderante na agricultura do Paraná. Em 1960 ocupava 44,32% da área cultivada do Estado, em 1970, 25,27%, momento em que no norte do estado, a cultura associada da soja e trigo passa a ampliar sua área de cultivo à custa de áreas antes ocupadas por lavouras de café e em segundo plano, e em menor escala, de áreas ocupadas por outras atividades produtivas...”*<sup>19</sup>

Foi necessário, ampliar o cultivo de outros grãos, como a soja e o trigo, sabia-se que a plantação do café, exigia uma quantidade de braços para seu cultivo que seria descartada com o advento da mecanização, e os aspectos climáticos também intervieram, como as fortes geadas que queimavam os cafezais, estes principais fatores, aliados a outros fizeram com que a cultura do café fosse diminuída significativamente a partir do final dos anos sessenta.

De acordo com os estudos de MORO, a época do domínio da cafeicultura, o regime de exploração mais comum na região era o de parceria seguido pelo do proprietário individual. Com o advento da substituição de culturas, acompanhado pela modernização, a situação inverteu-se. Atualmente os proprietários constituem a maioria no regime de exploração. A parceria, quando muito, permanece em situações específicas. Ela não é adequada ao sistema de rotação de culturas entre a soja e o trigo.

Modificar o tipo de plantio e o grão a ser cultivado, modifica sensivelmente também a estrutura social formada a partir das

---

<sup>19</sup> MORO, Dalton Áureo. *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. Tese de Doutorado, UNESP, Rio Claro, 1991. p 74.

necessidades de braços para a lida no campo. O número de trabalhadores diminuiria significativamente com a mecanização das culturas, não havendo mais trabalho para todos, a maioria vai para a cidade. Ocorre um processo de êxodo rural significativo, os pequenos proprietários, muitas vezes optam por vender seus sítios, e a grande propriedade monocultora toma conta da paisagem das terras, na região do norte novo do Paraná.

*E a substituição de culturas, assim, contribuiu significativamente para agilizar a modernização agrícola, estendendo-a em maior ou menor grau, a outras culturas segundo interesses do capital e do Estado.* <sup>20</sup>.

### Questões sugeridas

1-Entrevista com moradores antigos de sua região. Pesquise como era a vida das pessoas que moravam na zona rural, durante o período de implantação e manutenção da agricultura cafeeira (1940 até 1975).

2- O processo de mecanização da agricultura ocorreu a partir do final do anos sessenta no território em questão.

Comente como o uso da tecnologia na agricultura (tratores e implementos agrícolas) modificou a vida dos integrantes destas comunidades rurais.

---

<sup>20</sup>MORO, Dalton Áureo. *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. Tese de Doutorado, UNESP, Rio Claro, 1991. p 83.

## REFERÊNCIAS

- BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. História do Paraná, Curitiba: GRAFIPAR, 1969.v.1.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense – 1900/1970. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo: Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. O Preço de Terras na Colônia Içara, 1939 – 1968. Dissertação de mestrado UFPR. Curitiba, 1974.
- DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Migrações Internas no Brasil: 1872 – 1970. São Paulo, IPE - USP, 1984.
- GONÇALVES, José H. Rollo; DIAS, Reginaldo Benedito. (Org.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos da história regional. Maringá, Eduem, 2000.
- LUPION, Márcia R. de Oliveira. Nas Águas de Lobato: A construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná (1948 – 1973). Dissertação de Mestrado. UEM/UEL, Maringá, 2003.
- LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1980.
- MORO, Dalton Áureo. Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná. Tese de Doutorado, UNESP. Rio Claro, 1991.
- MOTA, Lúcio Tadeu A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi: Nota de Pesquisa; Revista História Regional. Vol. 2. - nº. 1 - Verão 1997.
- MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924). Maringá: EDUEM, 1994.
- OS MUNICÍPIOS: SUA HISTÓRIA E SUA GENTE- ASTORGA- Editora Gráfica Clicletec Ltda., Maringá, 1980.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Paraná 150 anos. O sesquicentenário do Paraná no contexto escolar. Curitiba: Cetepar, 2004. (caderno-síntese e lâminas de projeção).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação Básica do Estado do Paraná. História. Curitiba, SEED.
- IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social. [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/meio\\_ambiente/cobertura\\_vegetal\\_at\\_ual.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/meio_ambiente/cobertura_vegetal_at_ual.pdf) Acesso em 22 de janeiro de 2008.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social.  
[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/meio\\_ambiente/cobertura\\_vegetal\\_original.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/meio_ambiente/cobertura_vegetal_original.pdf). Acesso em 22 de janeiro de 2008.

GLOBAL LAND COVER FACILITY. *Shuttle Radar Topography Mission (SRTM)*. Disponível em: <<http://glcf.umiacs.umd.edu/index.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

GLOBAL LAND COVER FACILITY. *LANDSAT*. Disponível em: <<http://glcf.umiacs.umd.edu/index.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Malha digital do estado do Paraná*. Disponível em: <[ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas/malhas\\_digitais/municipio\\_2005/E500/Proj\\_Geografica/ArcView\\_shp/Uf/PR/](ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas/malhas_digitais/municipio_2005/E500/Proj_Geografica/ArcView_shp/Uf/PR/)>. Acesso em: 10 fev. 2007.

GLOBAL MAPPER SOFTWARE LLC. *Global mapper*. Versão 7.04. [S.l]: GLOBAL MAPPER SOFTWARE LLC, 2006.

COREL CORPORATION. *CorelDRAW*. Versão 12. [S.l.]: COREL CORPORATION, 2003.